

SUMÁRIO

Prefácio	7
Apresentação	9
Nota de agradecimento.....	13
INTRODUÇÃO	19
CAPÍTULO I – PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO.....	23
1. TUTELA PROCESSUAL.....	23
1.1. Evolução Histórica.....	24
1.2. Natureza Jurídica	25
2. PROCESSUALIDADE AMPLA	27
2.1. Acepção do Fenômeno Processual	27
2.2. Núcleo Comum.....	30
2.3. O Processo nos Poderes Estatais.....	31
3. PROCESSO OU PROCEDIMENTO.....	33
3.1. Divergência Histórica.....	33
3.2. Critérios Distintivos	35
3.3. Opção por Processo Administrativo.....	36
4. ASPECTO CONSTITUCIONAL DO PROCESSO ADMINISTRATIVO.....	38
4.1. Litigantes e Acusados no Processo Administrativo	40
4.2. Devido Processo Legal	41
5. TEORIA DO PROCESSO ADMINISTRATIVO	43
5.1. Finalidades do Processo Administrativo	44
5.2. Fases do Processo Administrativo.....	46
5.3. Classificação Tipológica do Processo Administrativo	47
6. CARACTERIZAÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO	50

6.1. Opção Terminológica.....	49
6.2. Formação da Lide Administrativo –Tributária.....	52
6.3. Impugnação.....	54

CAPÍTULO II – PRINCÍPIOS DO PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO

1. CONCEITO DE PRINCÍPIO	59
2. FUNÇÕES DOS PRINCÍPIOS.....	61
3. CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS.....	61
4. PRINCÍPIOS APLICADOS AO PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO	62
4.1. Princípio da Igualdade	63
4.2. Princípio da Legalidade.....	64
4.3. Princípio da Moralidade	66
4.4. Princípio do Contraditório.....	68
4.5. Princípio da Ampla Defesa.....	71
4.6. Princípio da Motivação	74
4.7. Princípio da Oficialidade	75
4.8. Princípio da Verdade Material	77
4.9. Princípio do Formalismo Moderado	78
4.10. Princípio do Reexame da Decisão	80

CAPÍTULO III – DECISÃO NO PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO.....

1. CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS.....	83
2. PRINCÍPIO DA SEPARAÇÃO DOS PODERES.....	84
2.1. Teoria Política em Montesquieu	84
2.2. Teoria Jurídica	90
3. FUNÇÕES DO ESTADO	94
4. JURISDIÇÃO ADMINISTRATIVA.....	95
5. ÓRGÃO JULGADOR ADMINISTRATIVO	104
6. A DECISÃO NO PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO	112
6.1. Dever de Decidir.....	113
6.2. Estrutura da Decisão	113
6.2.1. Relatório	114

6.2.2. Motivação.....	116
6.2.3. Dispositivo.....	118
6.3. Conteúdo da Decisão.....	119

**CAPÍTULO IV – FISCALIZAÇÃO CONCRETA DA
CONSTITUCIONALIDADE NO PROCESSO
ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO.....121**

1. DELINEAMENTO DO TEMA.....	121
2. EVOLUÇÃO DA FISCALIZAÇÃO CONCRETA DA CONSTITUCIONALIDADE.....	126
2.1. Experiência Americana.....	126
2.2. Experiência Brasileira.....	130
3. FISCALIZAÇÃO CONCRETA DA CONSTITUCIONALIDADE NO PROCESSO JUDICIAL.....	131
4. FISCALIZAÇÃO CONCRETA DA CONSTITUCIONALIDA- DE NO PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO.....	135
4.1. Direito de Suscitar a Questão de Inconstitucionalidade....	135
4.1.1. Direito ao Processo Administrativo Tributário Justo.....	136
4.1.2. Direito à Plenitude da Jurisdição Administrativa.....	137
4.1.3. Direito à Decisão Fundada na Constituição.....	139
4.1.3.1. Princípio da Supremacia da Constituição.....	140
4.1.3.2. Princípio da Constitucionalidade como Limite ao Princípio da Legalidade.....	141
4.2. Corrente Desfavorável à Fiscalização Concreta da Constitucionalidade.....	143
4.2.1. Aportes Jurisprudenciais.....	152
4.3. Corrente Favorável à Fiscalização Concreta da Constitucionalidade.....	154
4.3.1. Aportes Jurisprudenciais.....	162
4.4. Considerações sobre a Ilegalidade e a Inconstitucionalidade da Portaria MF n. 103/2002.....	170

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....175

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....183